

A REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: UM DESAFIO URGENTE

*Fabiana Aparecida de Carvalho*¹

RESUMO

O presente artigo reflete a necessidade urgente e contemporânea acerca da reafirmação do Projeto Ético-Político da categoria do Serviço Social. Através da participação de alguns fóruns de articulação profissional de base, como reuniões de comissões de conselhos de direito, grupo de estudos e eventos de formação profissional, como palestras e seminários em diversos municípios de diferentes Estados brasileiros, deparei-me com inúmeras assistentes sociais que questionam a legitimidade do Projeto Ético-Político, bem como do próprio Código de Ética da profissão. Trata-se de um evento que destaca um movimento paradoxal entre a academia e a base profissional. Nesse sentido, propõe-se o convite à (re)visitação a esses princípios e à reafirmação dos mesmos. Compreendendo assim, que a práxis profissional deve alcançar a práxis social e materializar-se em lutas políticas em favor de um novo modelo societário, que não seja o capitalismo e a sua insaciável sede de lucro e mais valia. Um modelo que não justifique suas crises capitais para adensar a miséria de muitos seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Organização, Profissão, Projeto Ético-Político, Participação

Este artigo tem por objetivo salientar a necessidade de (re)conhecermos o Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como de o (re)afirmarmos. Essa tarefa parece tornar-se árdua nos espaços sócio ocupacionais de nossa profissão. As reflexões aqui sugeridas realizam o esforço de evidenciar a relação efetiva entre a teoria e a prática. Relação essa quando retirada de sua efetividade, amplia e enrijece o chamado fosso entre a academia e os profissionais da base.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela PUC São Paulo. Mestre em Educação pela UNESP/ Rio Claro – SP. Graduada em Serviço Social pela UNESP/Franca - SP. Docente do Curso de Serviço Social do ISCA Faculdades/Limeira – SP. E-mail: biataia@yahoo.com.br.

Como se dá a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social? Nossa formação tem sido bastante qualificada para que a categoria de fato o reconheça? Nesse sentido, vale acolhermos as colocações das profissionais que atuam dia a dia com inúmeras mazelas e com o desafio de serem executoras das políticas públicas. Entretanto, não podemos eximir-nos de realizar uma reflexão profunda acerca desse questionamento. Caso contrário, a contribuição que a profissão pode concretizar na construção coletiva que a supera para a construção de uma outra ordem societária, esvazia-se de sentido. E, esse, é o maior dos riscos do praticismo do assistente social – o de ele mesmo, alienar-se em seu cotidiano, em sua micro realidade, sem associá-la com os acontecimentos e direcionamentos de ordem macrosocietal.

Ora, atualmente, vivenciamos a intensa demanda de reafirmarmos o compromisso ético-político da categoria em favor do usuário. Participar, na construção de caminhos para outra organização societária, que não possua como objetivo central o lucro e a mais-valia e que não tenha como instrumentos norteadores a própria desumanização e coisificação do próprio homem.

Ao profissional do Serviço Social destina-se a atribuição de trabalhar com as diferenciadas expressões da questão social. Para tanto, a demanda existente para o mesmo refere-se ao respaldo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo consolidado e socializado.

Vale ressaltar que este profissional, pode corroborar nas equipes multidisciplinares para a ampliação dos fatos trazidos pelos usuários, situando-os no contexto social mais amplo, e referenciando-os à rede socioassistencial de atendimento. Naquelas situações em que não existir respaldo da referida rede, pode, através da sistematização, profunda investigação e reflexão de sua prática, forcejar a estrutura para

que se efetive o desenho de gestão e de serviços descritos no SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Compreendemos que não se pode fundamentar a prática profissional na supervalorização da questão estrutural – que reserva um lugar de passividade plena ao indivíduo, como simples expressão das questões econômicas. E, de igual modo, não se pode basear o fazer profissional no isolamento do indivíduo.

Como consequência há o desenvolvimento da ótica que situa o indivíduo em sua vivência, sob dadas condições sociohistóricas, determinadas pelas condições subjetivas e objetivas dessa ordem societária. Nesse artigo, o ser humano é entendido como sujeito e objeto da história simultaneamente.

Desse modo, com o objetivo de salientar a necessidade de (re)visitarmos os direcionadores do Serviço Social, quer sejam o Projeto Ético-Político e o Código de Ética em nosso contexto social específico, é que desenvolve-se este artigo. Várias indagações surgem no decorrer dessa construção. Tais como, as intervenções profissionais realizadas pelos assistentes sociais, são coerentes com a proposta do Serviço Social a partir do Código de Ética e Projeto Ético-Político?

O assistente social é um dos profissionais que trabalha diretamente com as manifestações mais aviltantes do capital, e tem na questão social um campo distinto de atuação direta. Entretanto, até que ponto essa intervenção profissional tem dado conta de favorecer minimamente a emancipação política? Chega a conhecer ou a refletir acerca da emancipação humana?

Quando pensamos numa resumida diferenciação entre ambas, a emancipação política e a emancipação humana podemos referenciar como um avanço histórico *a dissolução da velha sociedade, a essência do Estado alienado do povo e a dissolução do poder senhorial* (LESSA, 2007, p. 36). Ainda, é necessário recordarmos que a

emancipação política não está limitada à superação do feudalismo, mas envolve as demais características dos sistemas de produção pré-capitalistas – chamadas por Marx de feudalidade. Nesse período histórico – o feudalismo – era o próprio nascimento que determinava limites. Limites esses, estáticos e postos aos seres humanos. Existindo assim, como nobre ou servo até sua finitude.

Assim, os lugares dos indivíduos na comunidade eram determinados pelo Estado, por meio da propriedade privada, família e modo de trabalho. Aquilo que se chama de feudalidade foi superado entre 1776 e 1830 pelo conjunto de transformações históricas tendo como referências a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Desse modo, há uma nova relação entre o indivíduo e o Estado, *tipicamente capitalista*. Inserida na forma burguesa, a propriedade individual alcança a mesma validade em qualquer comunidade. Destacamos que nesse contexto, a propriedade privada, na forma burguesa, atinge a independência da comunidade, e, nos termos marxianos de 1843, ocorre, assim, a emancipação política (LESSA, 2007).

Observamos então que a emancipação política retira da esfera do Estado a vida concreta – o que inclui a propriedade privada – dos indivíduos, liberta a propriedade privada das amarras da feudalidade e, assim, remove os obstáculos à sua plena regência sobre a reprodução social. Não há destruição da propriedade privada, inversamente a esse movimento surge o Estado da emancipação política, que pressupõe a mesma (MARX, 1969, *apud* LESSA, 2007).

Nesse sentido, o Estado é a única generalidade possível – essa é uma forma de emancipação política de todos contra todos. Então, a emancipação política constitui-se na *realização histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa na qual os homens não passam de joguetes de seus poderes alienados* (LESSA, 2007, p. 40). Vale lembrar que:

A afirmação dos direitos, não realiza, mesmo que radicalizada, a emancipação humana. O seu empobrecimento e banalização, ou em outras palavras, a sua captura e utilização, a partir dos interesses de mercado que restringem e empobrecem as noções de democracia e cidadania ‘para os mais fortes’, também são sérios e concretos obstáculos à emancipação humana (SILVA, 2006, p. 51).

Tanto a emancipação política quanto a emancipação humana são categorias marxianas. A primeira revela o progresso de *constituição histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa*. A segunda, a emancipação humana, “*é a superação da propriedade privada e a constituição de uma sociabilidade comunista.*” (LESSA, 2007). Conceito também salientado por Silva (2006),

A emancipação humana [...] ainda que não prescindida da emancipação política, surge da superação de seus limites e se realiza através da negação do cidadão burguês, abstrato, submetido à sociedade de classes e à propriedade privada (SILVA, 2006, p. 38).

Desse modo, como podemos compreender a relevância dos assistentes sociais que trabalham com as noções de emancipação política e emancipação humana, face ao campo de intervenção de inúmeras expressões da questão social, neste contexto objetivo, social e histórico que vivenciamos na contemporaneidade? Há alguma relevância em conhecermos e reafirmarmos o Projeto Ético-Político da categoria?

Sim, podemos atentar que como aponta Silva (2007), embora o Serviço Social tenha concretizado o Movimento de Reconceituação e com isso a tentativa de ruptura com o Serviço Social tradicional, a apropriação teórica marxiana ficou empobrecida. Inclusive pelo momento repressivo da história que se via o país. Nesse sentido, há equivocadamente a responsabilidade ou atribuição da revolução legada ao Serviço Social,

[...] a perspectiva da revolução não é apanhada na sua complexidade, ou seja, como uma possibilidade histórica potencializada pela luta de classes e por condições históricas determinadas. A revolução, então, aparece como uma tarefa do Serviço Social e de um conjunto de profissionais messianicamente comprometidos com a “capacitação”, com a “organização” das massas e com a “transformação da sociedade” (SANTOS, 1983 *apud* SILVA, 2007, p. 284).

Pensemos que, invariavelmente, o assistente social desenvolverá sua atuação profissional tendo base minimamente em sua visão de mundo, em sua formação profissional – o modo como compreende o próprio Serviço Social. O mesmo terá contato com inúmeras situações que afetam objetiva e subjetivamente os usuários que atende. Impacto que se inicia a partir do próprio lugar concreto de existência do mesmo na sociedade. Ou seja, esse usuário encontra-se inserido em uma lógica bastante objetiva, e, via de regra, terá vivenciado através da própria experiência o impacto de algumas ou muitas manifestações da chamada questão social.

Ela mesma, a velha questão social, renovada atualmente sob novas roupagens e novas condições sociohistóricas. Assistimos então, novas expressões da mesma. Alguns exemplos possíveis: a própria lógica financeira do regime de acumulação que tende a provocar crises mundiais gerando recessão; o espaço antes fordista-taylorista com tendência à liderança a especialização flexível; as intensas mudanças na relação Estado-sociedade civil orientada pelo neoliberalismo; a afetação da esfera da sociabilidade invadindo as diferentes relações sociais com uma lógica pragmática e produtivista, com mentalidade utilitária e individualista (IAMAMOTO, 2001).

Ora, compreende-se que a prática do Serviço Social não ocorre de modo isolado, separado da realidade que o cerca. Contextualizamos então, o Serviço Social na sociedade capitalista, em seu estágio de ordem burguesa madura.

Destacamos assim, a globalização econômica e a ideologia neoliberal. O impacto da primeira – globalização – no mundo do trabalho e no cotidiano dos trabalhadores é materializado inclusive, através da flexibilização no mundo do trabalho que condensa em si vários processos: no mundo produtivo, traduzido pelas modificações nos métodos de produção; na criação de novas formas de trabalho, na expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, vinculado à chamada economia informal, contando com a baixa remuneração e a escassa inserção nas políticas assistenciais. Junto desse processo, encontra-se o aumento do desemprego, como aponta Pastorini (2007) ou a ociosidade forçada de trabalhadores, como denomina Yamamoto (2001). Assim, o Estado Intervencionista assume o papel de Estado Mínimo com a vigência do segundo elemento destacado – a ideologia neoliberal. Como consequência presenciamos a minimização do Estado Interventor frente às questões sociais, reservando ao Estado o papel de garantir as propriedades e liberdades individuais intervindo somente nas esferas em que o mercado não possa ou não se interesse em dar resposta. Ocorrendo assim, a redução de direitos sociais, das políticas sociais, e sendo necessário, dos direitos políticos, com a justificativa dos direitos civis – notadamente o direito à propriedade privada (PASTORINI, 2007).

É exatamente neste contexto histórico-social que se desenvolve a atuação profissional do Serviço Social. Vale retomar, como já dissemos, que a conjuntura atribui novos traços à questão social, entretanto, a mesma está historicamente ligada à emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político. Momento em que exige o seu reconhecimento como classe, pelos representantes do poder, em especial, do próprio Estado. Note-se que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, *extrapolando a questão social para a esfera pública*,

exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001).

De acordo com Iamamoto (2001) a questão social expressa as diferentes disparidades econômicas, políticas e culturais das classes, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais.

Os profissionais que atuam na área da política pública precisam atentar-se da necessidade de atenção para que o trato da questão social não seja direcionado através da teoria de integração social. Pois nela são naturalizadas as desigualdades sociais e as políticas sociais perdem o caráter de conquista – pior, minimizam-se à condição de concessão, benevolência e filantropia. De acordo com Pastorini (2007) esse tipo de direcionamento tende a gerar soluções que mesclam a integração social composta de políticas compensatórias com as medidas repressivas, conforme a demanda da conjuntura histórica. Nesse sentido, a resposta às manifestações da questão social é entendida no interior da luta de classes, e desenvolvida a partir de políticas sociais universais.

E o que tem a ver toda essa discussão com o comprometimento ético-político do assistente social. Basicamente, tudo. Ler a informações contemporâneas fincadas na realidade e no compromisso ético-político da profissão não são detalhes, porém, exigências primeiras para o cotidiano profissional. Nunca é redundante consolidar em nossa formação profissional que os usuários devem ser entendidos como portadores de direitos e não reduzidos à condição de beneficiários e assistidos.

Nada mais provocador para o profissional do Serviço Social quanto o desafio de perseguir o real como “concreto-pensado” (SILVA, 2007). A prática deve ancorar o profissional às mais profundas reflexões e reafirmações do Projeto Ético-Político e do Código de Ética. Jamais, o fazer profissional – por mais limites institucionais que possa

apresentar – deve ser subsumido pela descrença aos direcionadores da profissão. Não tratamos aqui de um processo de doutrina, ou algo parecido. Referimo-nos sim ao conceito visceral da profissão que não pode ser aniquilado pelo ecletismo ou pelos inúmeros “olhares” vazios de perspectivas do conhecimento que temos presenciado na contemporaneidade.

Termos a plena noção de que vivemos em um contexto de ideologia (neo) liberal com forte apelo ao individualismo, onde alguns julgamentos são engessados e tornam-se preconceitos [...] (SILVA, 2007, p. 144-45). Precisamos ter o mesmo nível de (re)conhecimento que esse mesmo contexto impacta diretamente não somente no usuário, como também no profissional de Serviço Social – também inserido no mesmo. O profissional corre o risco de participar do engodo da chamada culpabilização individual, e de cristalizar esses e outros preconceitos. Também pode incorrer no ímpeto de alimentar o estereótipo, às vezes, atribuído à profissão, como meramente interventiva, o que parece culminar na prática pela prática.

Ao considerarmos a origem da profissão, a construção da identidade da mesma até o presente, simultaneamente, ou melhor, inseridas em um contexto histórico, político e social de transformações do sistema capitalista, percebemos que a concepção do assistente social acerca de qualquer fenômeno, será a sua lente. Desse modo, sua própria análise direcionará sua forma de operacionalizar sua ação, de consolidar a profissão, como também de participar de espaços de construção de política pública. Ou, até mesmo de não participar dos mesmos.

Sabemos que a origem da profissão apresenta-se inicialmente, atrelada à doutrina social da igreja católica como resposta ao “aflorescimento” das questões sociais com o objetivo de controlar as demandas sociais emergentes (IAMAMOTO, 2001). Nesse sentido, observando ainda, seu vínculo com o Estado e com a Igreja e a prática

desenvolvida como estratégia de controle social, alienação e manutenção do sistema vigente, é também entendida como criação típica do capitalismo (MARTINELLI, 1997).

Situamos assim, uma intervenção profissional – neste recorte histórico – caracterizada pela ótica de *enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho* (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Referimo-nos então a uma profissão nascida para responder ao chamado afloramento da questão social, que no momento histórico supracitado legitimou o poder já estabelecido. Contudo, no desenrolar da profissão, há o marco do Movimento de Reconceituação – representando a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional (NETTO, 1992 *apud* SILVA, 2006), do último Código de Ética aprovado, bem como, o próprio Projeto Ético-Político. Elementos esses, que possuem individualmente, e em conjunto propõe, a superação do enquadramento originário da profissão até então:

A grande mudança do ponto de vista das referências teórico-metodológicas da profissão vai ocorrer com a ruptura da profissão com os referenciais positivistas, funcionalistas, estruturalistas, que eram os que orientavam a formação profissional e que tinham perspectiva de enquadramento do sujeito, usuário de nossos serviços. Esta matriz é questionada e começa a se buscar aquilo que os assistentes sociais chamam de projeto de ruptura com novos apoios teórico-metodológicos (YAZBEK, 2009, p. 6).

Nesse sentido, é importante destacar que há de necessidade uma atenção rigorosa por parte da categoria de Serviço Social, nas práticas que vêm sendo elaboradas

após o Movimento de Reconceituação. Inclusive, e, principalmente nas práticas atuais. O Serviço Social construiu tanto um Código de Ética quanto um Projeto Ético-Político que precisa ser concretizado, o que implica na própria consolidação teórico-prática da profissão.

O Código de Ética do Assistente Social, aprovado em 1986, representou uma ruptura na tradição neotomista e adotou uma nova postura frente aos problemas sociais. Além disso, considerou a necessidade de superar a perspectiva que coloca os valores éticos como universais e acima dos interesses de classe em que se divide a sociedade. Aprimorando o Código de Ética de 1986, é aprovado em 15 de março de 1993, um novo Código de Ética.

Se o código de 1986 rompia com o tradicionalismo, com o personalismo cristão e com os princípios abstratos e neutros – característicos de neotomismo; o código de 1993 preconiza uma apropriação teórica da produção marxiana, pautando-se na ontologia social de Marx e no seu projeto societário, o que se constitui como embasamento filosófico a leitura da realidade e atuação profissional (MUSTAFÁ, 2003, p. 64).

Esse código, através da vertente marxista, ressalta emancipação do ser social e defende a liberdade como seu valor ético-central. O Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, constitui-se em um dos elementos mais legítimos de composição hegemônica pela construção de um projeto profissional diante do movimento que provocou no interior da categoria. Porém, ainda não se pode considerá-lo desvelado teórico-operativamente (BARROCO, 2003).

Além do Código de Ética, temos outro direcionador da categoria, o Projeto Ético-Político profissional. Legado do Movimento de Reconceituação e impresso nas lutas sociais a partir da década de 1980 posiciona-se na perspectiva do processo de

ruptura com o conservadorismo. Nesse sentido, os projetos societários são concernentes aos interesses da classe trabalhadora a despeito dos projetos da classe dominante.

Sobre o Projeto Ético-Político:

A direção sociopolítica estratégica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilização de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do capital. Lutar por consolidação das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, antiimperialista e socialista no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo (ABRAMIDES, 2006, p. 34).

É importante salientar que, como o projeto ético-político é vinculado a um projeto societário, o mesmo propõe o movimento de forcejar para a construção de uma nova ordem societária sem exploração e dominação de classes, etnia e gênero, o que nega o preconceito e leva a um reconhecimento do pluralismo e defesa dos direitos humanos.

Além dos direcionadores da categoria podemos dizer que a complexidade das atuações dos profissionais não é resumida somente na sua territorialização, na prevenção e ou no campo das políticas públicas. É necessária a compreensão dos fenômenos trabalhados para além de sua aparência, há a necessidade de perseguir a essência dos mesmos. Para desse modo, construir um conjunto de intervenções – aliado à demais parcerias de sujeitos historicamente envolvidos – que busque ser capaz de transformar o contexto vivenciado e provocar mudanças na vida do usuário.

Na prática profissional, as mediações entre elaboração teórica, a projeção e a intervenção se dão de maneira complexa: têm que responder a questões muito concretas, socioeconômicas e

políticas de uma sociedade extremamente diversificada, colocando-se diante de problemas muito específicos. Nesse espaço, o profissional não tem apenas que analisar o que acontece, mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção (BAPTISTA, 1998, p. 115).

Nesse sentido, é necessário que o comprometimento dos profissionais sobre suas “escolhas de intervenção” ultrapasse a barreira do que está pré-determinado; para romper o preconceito e ampliar a criticidade sobre seu trabalho. É necessário que haja a fundamental articulação teórico-prática para que se materialize a práxis no Serviço Social. Como nos lembra Guerra:

É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2007).

Nesse sentido, a reflexão proposta neste artigo pretendeu corroborar para a formação de elementos de análise para a superação do *praticismo* na atuação dos assistentes sociais. Em muitos atendimentos – individuais ou coletivos do Serviço Social, há o desafio de identificar a aparência do fenômeno, mas, sobretudo, alcançar sua essência. Se individualizarmos as situações trabalhadas, ou culpabilizarmos as famílias (sob a justificativa de má compreensão da tal matricialidade familiar) apenas retomaremos na frente prática da profissão uma intervenção marcadamente positivista. A culpabilização do(s) usuário(s), seja em qualquer proteção social proposta pelo SUAS – básica ou especial, não alcança, muito menos propicia uma atuação comprometida com a proposta da profissão. Pelo contrário, nega ao usuário o seu próprio direito. Assim como aponta Iamamoto (2004) a demanda da pesquisa hoje,

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2004, p. 56).

Concluimos assim, que além de necessário, é também urgente que nossa categoria retome os princípios do Código de Ética, bem como do Projeto Ético-Político. Para legitimarmos não simplesmente desejos ou pensamentos considerados antigos – por alguns, ou até mesmo de uma vanguarda ultrapassada. Mas, e, principalmente, para que voltemos a nos indagar acerca da contribuição do Serviço Social na luta social voltada para a construção de um novo modelo societário. Para que as chamadas: “emancipação política” e “emancipação humana”, não sejam somente temas de seminários de formação e convertam-se em buscas. Buscas para além da prática profissional, como diria Netto (2001), busca da “práxis social” – mas com possibilidades no campo dos embates históricos.

Em um momento histórico de contradições, sabotamentos e tantos prejuízos dos direitos sociais, sob a égide da ideologia neoliberal, é mais do que clara a necessidade do profissional formado para efetivar direitos, consolidar-se em seus referenciais teórico-metodológicos. E para que não haja nenhum abismo entre a teoria e a prática profissional, talvez ainda nos caiba resgatar “os tais projetos antigos”, como diriam algumas colegas de profissão. Talvez, haja alguma relevância em lembrarmos de

Baudelaire quando diz: “*Guarda teus sonhos, os sábios não os têm tão belos quanto os loucos*”.

ABSTRACT

This article reflects the urgent and contemporary about the reaffirmation of the ethical-political project of the category of Social Work. Through participation in some forums to articulate professional basis, including meetings of committees of boards of law, the study group and training events such as lectures and seminars in various cities of different states of Brazil, I came across numerous social workers who question the legitimacy of the Ethical Political Project, as well as the Code of Ethics of the profession. This is an event that highlights a paradoxical movement between academia and professional basis. Accordingly, it is proposed to call for (re) visitation to the reaffirmation of these principles and the same. Understanding then, that professional practice must achieve social praxis and effect in political struggles in favor of a new corporate model, that is not capitalism and its insatiable thirst for profit and added value. A model that does not justify their attacks to capital deepening the misery of many humans.

KEYWORDS: Organizacion, Professional, Ethical Political Project, Participation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. 2006.406 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BAPTISTA, M. V. Ação Profissional no Cotidiano. In: MARTINELLI, M. L. *et al.* . (Orgs). **Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cotez, 1995.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. Ed. Cortez. São Paulo. 2003.

BAUDELAIRE. C. **As flores do mal**. Editora Nova Fronteira. 2006.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. 2007. Acesso em 07/10/2008: disponível em: http://www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria5_volandaguerra.doc

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, ABEPSS, 2001, n. 3, p. 9 – 31.

LESSA, S. A Emancipação Política e a Defesa dos Direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 90, p. 34–57.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

MUSTAFÁ, A. M. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. **Presença Ética: Ética, política e emancipação humana**, Ano III, n. 3, Recife: GEPE – UFPE, dez. 2003.

NETTO, J. P. Cinco notas à propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**. Nº 3. Brasília: ABEPSS, 2001.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Editora Cortez, 2007, 120 p.

SILVA, F. S. da. O Recrudescimento da Violência nos Espaços Urbanos: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade: Ética Pública e Cultura de Direitos**, Ano XXVII, n. 89, março de 2007, p.130 –51.

_____. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social: Desemprego, Desigualdade e Violência**, n. 19, jul/dez/2006.

_____. F. S. da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-97. jul./dez. 2007.

YAZBEK, M. C. *Jornal do CRESS – SP*, **Ação 62**. jul/set 2009.